

A política no assentamento Zumbi dos Palmares (Aracati – CE): tensões particulares e arranjos coletivos possíveis¹

Antonio George Lopes Paulino²
UFC, Brasil

Resumo

Neste trabalho, aprecio a história do assentamento rural Zumbi dos Palmares (Aracati – CE), tomando-a como narrativa a partir da qual se focaliza seu processo político, desde a ocupação da terra, em 1995/96, até o momento presente. A pesquisa, de cuja equipe fiz parte, desenvolveu-se de 2011 a 2013, tendo por base a complementaridade entre as perspectivas quantitativa e qualitativa, para delinear o perfil socioeconômico da comunidade e sua caracterização política. Esta é marcada pelo individualismo e pela fragmentação e pulverização do associativismo político local que, entretanto, se mostra capaz de configurar consensos possíveis em momentos pontuais de sua história. Fez-se também o monitoramento referente à realização, pela Petrobras, de um projeto experimental de cultivo de plantas ornamentais com irrigação proveniente da escavação de petróleo em fazenda vizinha. A comunidade obteve por ocasião desse experimento, um poço profundo que abastece as casas das famílias que, durante 15 anos, enfrentaram a falta d'água como um drama cotidiano. A equipe operou com mecanismos de pesquisa-ação, tendo os sujeitos locais como partícipes do estudo, a narrarem suas memórias e opiniões acerca da vida no assentamento. No exercício de interpretação desse material, discorro sobre o processo de organização política local, contextualizando-o em categorias como gênero, gerações, trabalho, ambiente e cultura; observadas não somente quando da coleta de dados, mas também em atividades de formação realizadas durante o processo de articulação da comunidade Zumbi dos Palmares.

Palavras-chave: história, cultura, política.

¹ Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

² Professor Adjunto no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC, dedicado ao ensino e à pesquisa em antropologia. Membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFC.

Introdução

Este texto foca elementos históricos do processo de organização política do assentamento Zumbi dos Palmares – situado em Aracati – CE. Foi realizado entre agosto de 2011 e agosto de 2013 e abrangeu a escuta de narrativas através de entrevistas semiestruturadas, bem como a aplicação e tabulação de questionários, dos quais se produziram um censo e uma coleta amostral significativa. Este material delineou o perfil socioeconômico da comunidade e sua caracterização política.

A equipe de pesquisa³ desenvolveu um trabalho de monitoramento de ambiência, referente à realização na comunidade, pela Petrobras, de um projeto de experimentação de cultivo de plantas ornamentais com irrigação proveniente de água de reuso, resultante de processo de escavação de petróleo na Fazenda Belém, situada no mesmo município e na vizinhança da comunidade. Esta recebeu em troca da exploração desse experimento, um poço profundo que abastece as casas das famílias, as quais enfrentavam desde 15 anos a falta d'água como um drama cotidiano.

A equipe operou também com mecanismos da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2002), tendo os sujeitos locais como atores participantes da pesquisa, que em diversos momentos, narraram suas memórias e opiniões acerca da vida no assentamento, tecendo lembranças da linha do tempo transcorrido na história da comunidade. Ao discorrerem sobre a linha do tempo e ao construírem mapas sociais da comunidade, tais sujeitos focaram suas perspectivas de presente e futuro, elaborando possibilidades de organização coletiva, dentre outras atividades registradas durante o estudo que, nessa vertente participativa, aproximou-se também da compreensão de ciência como produto de uma “ecologia de saberes” (SANTOS, 2006: 106-110).

Nas seções seguintes, escrevo sobre o processo de organização política da comunidade, contextualizando-o em categorias da sociabilidade vivida no assentamento, que emergem do cruzamento entre questões de gênero, gerações, trabalho, meio ambiente e cultura, observadas não somente quando da coleta de dados, mas também em atividades de formação realizadas durante o processo de articulação da comunidade.

Apresento, assim, um trabalho mais descritivo do que analítico, o qual envolve elementos de interpretação dos dados observados. Esta escrita não cumpre o objetivo de

³ Equipe coordenada pela Profa. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. O estudo foi desenvolvido com suporte do Laboratório de Pesquisa em Política e Cultura – LEPEC/UFC.

tratar sobre elementos teóricos e conceituais, mas contém, implicitamente, tais elementos quando evoca no universo das Ciências Sociais, contribuições específicas que auxiliam no entendimento de situações que aqui serão abordadas.

Quando as lembranças da força coletiva evocam o “tempo das barracas”

Complexo e diversificado é o tecido social do assentamento Zumbi dos Palmares. Em 1995, começou a se formar. Seus fios, que de várias formas se entretecem ou se recusam entretecer, chegaram de várias partes. No tear que fez desses fios uma comunidade ou, pelo menos, um tecido social, colocaram-se mãos diversas. Tudo começou na fazenda Camará. O movimento se fez como uma luta em comum: a luta por um pedaço de chão para morar, trabalhar e viver.

No início, foi intensa a força política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na mobilização e organização das famílias acampadas. As emoções de uma experiência coletiva eram fortes. Ouvi várias vezes: “no tempo das barracas”, “no tempo do acampamento” como referências de um tempo que remete à força coletiva ali vivenciada. Lembranças evocam capangas armados com escopetas, helicópteros da polícia sobrevoando o acampamento, mulheres e crianças a refugiarem-se no mato, homens enfrentando o medo. Os ocupantes não se renderam ao medo. Materializaram a coragem na forma de resistência. Não houve ali um medo imobilizador, mas um medo alimentado pela esperança e que se fez também força política, de ação; ou seja, o medo vivido como afeto mobilizador de paixões, no sentido espinosano (CHAUI, 1987).

À época, o MST atuou como animador do processo, mediando interlocuções com atores externos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No ínterim dos conflitos entre ocupantes e a lei estabelecida, que favorecia ao proprietário das terras ocupadas, o MST identificou nas proximidades outra área de propriedade particular, disponibilizada para venda. O INCRA fez a aquisição para fins de assentamento, instalando ali as famílias que se encontravam na Fazenda Camará. Começou, então, o segundo “tempo das barracas”, narrado nessa história.

No novo ponto de chegada havia apenas um ponto de partida para a árdua luta que começaria desta feita com a própria natureza, mas, principalmente, com a lógica da governança que trata a seca como fenômeno climático, deixando de focar seus efeitos sociais e políticos. Configura-se outro fenômeno, da ordem da sociedade e não da natureza, materializado na ausência de alternativas de convivência com o semiárido. O

novo ponto de chegada denominar-se-ia Assentamento Zumbi dos Palmares, oficialmente registrado no INCRA como Lagoa do Mato/Camará, nome que remete ao imaginário das águas, não obstante a falta d'água ali reinante até o ano de 2011.

Em 1996, a simbólica da água se cruza com a do fogo, ilustrando situações marcadas pela perseverança em meio à aridez de uma terra ora vista na sua branquidão da areia, ora firmada no torrão vermelho que levanta poeira ao vento, sem sinal de água por perto, a não ser em uma distante lagoa, para onde se leva o gado ao pasto; reservatório natural que não é perene e de onde não se tem nenhuma ligação hidráulica para a comunidade. Em anos de seca, a situação era mais grave. Mas já tinham um chão onde ficar, ainda que seco, sem promessa de melhorias nem no mundo da natureza nem no mundo dos homens. Para quê resistir? Que opção teriam, se os ocupantes de um chão que acabara de receber o nome de Zumbi dos Palmares não tinham para onde ir? Que nome era esse, se em suas cabeças ainda soavam os nomes de seus lugares de origem: Aracoiaba, Quixadá, Itaitinga, Rio Grande do Norte, Paraíba? Essas perguntas pareciam encontrar resposta numa chama sempre acesa, literalmente sempre acesa.

Na narrativa de Alcione, agricultora, estudante e professora na comunidade, a simbólica do fogo é signo de esperança, metáfora de uma chama coletiva sempre acesa. Emocionada, Alcione memoriza um tempo de quinze anos atrás, quando a comunidade que então tentava se formar alimentava sua esperança em dias melhores com um simples e significativo gesto que se tornou ritual. Há um momento cosmogônico ou mito de origem na história do assentamento, aqui simbolizado pelo fogo. Todos os dias, uma pequena fogueira estava permanentemente acesa, como símbolo de vigilância e resistência, noite e dia. Minha interlocutora recorda que ali havia, sim, um momento de força coletiva, pois “ninguém precisava dizer nada, mas o fogo nunca se apagava, porque sempre vinha alguém e colocava um pau e a chama ficava sempre acesa”.

Essa evocação cosmogônica traz outro elemento mítico, que remete ao campo simbólico da política pensada sob suas bases culturais. O tempo desse fogo simbólico, que é o “tempo das barracas” é reapropriado como referência de tempo bom, “tempo de união”, de “todo mundo lutando junto”. É evocado como uma idade de ouro (GIRARDET, 1997), tempo passado que, diante das condições presentes parece ficar cada vez mais longe, como peça importante da memória coletiva local (HALWACHS, 1990), registrada em diversos depoimentos, nas memórias subjetivas que remetem a experiências e trajetórias particulares, vividas nesse contexto (VELHO, 2003).

Algumas vezes tive o grande prazer de conversar com um símbolo da luta dos moradores do Zumbi, seu Bernardino, que do alto de seus oitenta e muitos anos, conta com orgulho suas histórias. Ao olhar para o presente, evoca passado e futuro. Contente, ele colhe os frutos dos cajueiros (*Anacardium occidentale L.*) de seu quintal, lembrando que foi ele mesmo quem os plantou, a contragosto do filho que dizia: “é besteira plantar, pai. O senhor já está velho e não vai chegar a ver caju daqui”. Ao que diz ter retrucado: “não me importo se eu não colher nenhum caju, porque vai ficar para meus netos”.

Seu Bernardino nos faz olhar para o Zumbi sob a perspectiva de gerações. No começo, todos vieram de seus lugares diversos. Mas alguns dos mais novos, se não nasceram ali, lá chegaram muito pequenos ou ainda bebês. E é aí que se apresenta outro momento cosmogônico da história da comunidade, que liga gerações e ordena o zelo pelo respeito dos mais moços aos mais velhos. Nossa personagem diz ser lembrado como uma espécie de “pai” dos filhos e das filhas mais jovens da comunidade, pois no “tempo das barracas”, ele ajudava a tomar conta do gado coletivo e fazia a ordenha, levando em seguida o leite fresco para alimentar as crianças do assentamento.

Para quem estava no Zumbi desde o começo, as boas lembranças são permeadas por referências ao “tempo das barracas” como tempo de mais organização, capacidade e disposição para arranjos coletivos. Mas a equipe da pesquisa se deparou com um frágil e desconfiado espírito de corpo no contexto do assentamento. E identificou em sua história outros elementos, também narrados no decorrer do estudo; que remetem a difíceis condições de pertencimento cultural e afetivo ao lugar e certamente produzem reflexos sobre o tecido político local, como tento descrever nas próximas seções.

Seca e outros obstáculos: um difícil pertencimento

As conclusões que essa experiência de estudo no assentamento permite alcançar não podem ser abrangentes, dado o curto tempo em que a equipe passou a realizar viagens quinzenais ou mensais ao campo de pesquisa, entre 2011 e 2013, configurando mais idas e vindas sistemáticas, do que uma profunda imersão na realidade local. No entanto, uma conclusão parece patente: a resistência das famílias do Zumbi é um dado instigante, diante do qual arrisco somente uma descrição.

Talvez essa resistência não tenha resultado num processo de identificação que faça com que os moradores do lugar nutram um sentimento coeso e inabalável de pertencimento. Pode-se até esboçar uma pergunta, para melhor compreender a dura

realidade ali vivida. Por que pelear para permanecer em um lugar onde, após todos saírem das barracas e irem para suas casas, o sentido de ser comunidade ainda parece distante? Como sentir pertencimento por um lugar seco e longe das referências de sociabilidade tecidas ao longo da vida? Que sentido tem no nome Zumbi, para famílias que continuam a evocar em suas mentes as origens deixadas nos lugares de onde partiram em busca de terra? Ou a pensar em novas possibilidades de partida e chegada?

Há que se fazer aqui uma pausa neste ponto da descrição para levar em conta um dado importante. O nome Zumbi é fruto de uma aceitação coletiva de proposição feita pelo MST, quando este era mais influente na vida política do assentamento, influência que, no tempo da pesquisa aqui relatada, parecia bastante diminuída ou, para dizer mais precisamente, sem expressão.

É fato que a referência e a homenagem à história do líder do Quilombo dos Palmares constituem um propósito conhecido por parte dos moradores, mas também parece ser algo distante do universo simbólico dos mesmos, que se não forem indagados acerca do assunto não aludem ao nome do líder quilombola. Eles costumam referir-se à comunidade simplesmente como “Zubim”. Arrisco-me a dizer que a dificuldade de sentir-se pertencido ao Zumbi aponta para um conjunto de fatores: dificuldades materiais, condições precárias de vida e elementos imateriais, como essa questão de identidade relacionada ao nome do lugar, que parece simbolicamente distante do tempo e da história particular dos moradores, não obstante sua alusão a um importante capítulo da memória dos movimentos sociais dedicados à luta por liberdade e terra.

Certamente, a principal dificuldade ali enfrentada foi, até bem recentemente, a escassez e a falta d’água para todas as necessidades a ela relacionadas: dar de beber a pessoas e animais de criação, cuidar da higiene do corpo, das roupas e das casas, regar plantas, dentre outras. Esse fator contingente ou determinante é o principal eixo da trama social vivida pelos assentados. Configura uma típica situação de territórios em processo de formação ou transformação, a exemplo do que a antropologia conhece através do estudo das chamadas sociedades contemporâneas.

Para falar em situação social, referencio Max Gluckman (1987), em “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”, refletindo sobre situações em que diferentes forças políticas e culturais atuam, produzindo um contexto em que o equilíbrio da ordem social parece frágil ou as possibilidades de convivência entre as diferenças parecem estar constantemente prestes ao esgarçamento.

Na Zululândia estudada por Gluckman (1987), como em inúmeros contextos sociais, os conflitos se apaziguam, em parte, com rituais. Talvez no Zumbi conhecido pela equipe de pesquisa entre 2011 e 2013 esteja faltando esse elemento como força aglutinadora de uma comunidade cuja estrutura simbólica é diversificada e remete a múltiplas origens e experiências. Talvez esse elemento do plano conceitual ou cultural estivesse ali presente no início, com a força de animação de líderes e eventos relacionados à ação do MST. Pelo menos é isso o que alguns relatos indicam, quando dizem que as reuniões, os momentos de mística, as divisões em equipes de trabalho, os afazeres coletivos e as condições de vida semelhantes forjavam, no “tempo das barracas”, a força simbólica necessária para seguir enfrentando as dificuldades.

Talvez esteja faltando ali, nesse ambiente onde o baixo contingente de 71 famílias divide-se no elevado número de 4 associações de moradores, uma “política do significado” que seja capaz de gerar sentimentos de pertença, identidade coletiva e espírito de corpo, mesmo em uma situação social em que se configuram mecanismos de identificação e ação política diversos e nem sempre confluentes, mas que reivindicam seus lugares na “luta pelo real” (GEERTZ, 1989: 206-222).

Ali falta muito para uma vida digna, se levarmos em conta o acesso aos direitos fundamentais do ser humano: oportunidades de trabalho, transporte público, atendimento adequado e satisfatório em saúde pública; a escola cobre apenas o ensino fundamental; a produção local de alimentos é intermitente e insuficiente; faltam equipamentos de lazer em áreas de convívio público; não tem água tratada nem rede de esgoto; não há coleta de lixo e nenhuma outra forma de controle ambiental.

A água, que é fonte de vida, símbolo da vida em campanhas ambientalistas, no Zumbi segue como um bem essencial e até bem pouco tempo, muito custoso e raro. Esperava-se que caísse do céu, com as chuvas, mas em grande parte do ano, no semiárido, elas não vêm. Há anos de seca. E mesmo nos chuvosos, o único reservatório de que a comunidade dispõe é uma lagoa, distante da área habitada do assentamento. Há moradores que nem conhecem a lagoa.

As casas têm cisternas de placa, que até a chegada do poço fornecido pela Petrobras em 2011 recebiam água de carros-pipa, a custo elevado, levando-se em conta a realidade de famílias de baixa renda. Imaginem-se essas condições num ambiente em que a temperatura é elevada, causando sensação térmica superior à média anual da sede do município de Aracati, que varia entre 26° e 28°. Imagine-se a dificuldade para a lavagem de roupas e outras necessidades básicas.

A água permanece ali significada como um bem respeitado, bem cuidado, fonte de discursos, protestos, reclamações, pedidos, preces. Com o poço profundo cavado pela Petrobras, esse bem chega às torneiras das casas, em quantidade limitada por dia, mas que já modifica a realidade local. Como objeto de discurso, a água é apropriada também em performances políticas, na busca por apoio de quem governa e na busca de voto para quem deseja governar ou continuar governando. A carga semântica desse recurso natural escasso é tão forte, que no discurso de lideranças locais constitui uma espécie de capital simbólico (BOURDIEU, 1989).

Com esse capital simbólico, ressaltado por sua ausência, um dos líderes com quem realizei conversa gravada apontava sua figura como a de um militante agindo em defesa da vida, em busca de água para a comunidade. Queixava-se de algumas vezes ter sido ridicularizado por seu discurso, mas entendia que se encontrava no rumo certo e com preocupações pertinentes. Em seu jeito simples e performático de falar, reclamava que o problema da água ainda não tinha encontrado solução na comunidade, como outros problemas, por causa da “falta de união”.

Causava-me admiração nesta pesquisa, entre outros dados observados, o fato de encontrar, a cada nova visita, moradores, não muitos, sorrindo e seguindo no desejo de melhorar de vida. Saíam de suas casas debaixo de sol escaldante, ainda que estimulados pela equipe da pesquisa para participarem de reuniões, acreditando em dias melhores.

Sorrisos, lágrimas e esperanças sintetizam emoções com as quais me deparei e também senti. E que me fazem compreender melhor como parece difícil, apesar da esperança, sentir-se pertencido ao Zumbi de modo otimista. Além das contingências que afetam a todos – a uns mais e a outros menos –, dramas pessoais e perdas ali vividas também foram capazes de travar a força plena de pertencer. Emocionam os relatos de quem perdeu entes queridos no assentamento, por dificuldade de acesso a transporte e a tratamento médico, consumando casos em que a ausência de mobilidade ou a demora no deslocamento para a cidade contribuíram para a ocorrência de óbito.

São memórias particulares, dores subjetivas que ressaltam trajetórias e que interferem em projetos de vida (VELHO, 2003), mas que encontram um sentido também na estrutura que abriga as famílias ali assentadas, fornecendo elementos para uma memória coletiva (HALWACHS, 1990). Na verdade, por mais difícil que pareça a expressão do sentimento de pertença ali no Zumbi, tal sentimento se instala, pelos difíceis caminhos da luta e da vida no cotidiano seco, escasso, em vários sentidos. Um sentimento que opera num processo em construção, com avanços e recuos. E se

expressa no desejo de melhorar a vida. Mas divide ânimos e opiniões, o que parece compreensível, pois as famílias têm origens históricas diversas. E mesmo no ambiente comum onde hoje habitam, continuam com vínculos e motivações diversos, representados em 4 associações de moradores distintas. É esse tecido social ao mesmo tempo simples e complexo que pretendo explorar na seção seguinte.

Dos difíceis caminhos da sociabilidade e da confiança

Advirto para que o título acima não seja interpretado como produto de uma visão normativa e idealista que teria sido impressa pela equipe da pesquisa sobre a imagem da vida social no assentamento. Mas como chamado para um exercício que me arrisco a fazer aqui, de uma rápida análise do quadro sociopolítico observado. O ambiente de disputa e tensões observado não se mostrou somente no recorte sincrônico da pesquisa. Foi narrado diversas vezes, remetendo a situações passadas, em que a chegada de projetos de desenvolvimento na comunidade dividiu opiniões e interesses, influenciando nos resultados esperados e não alcançados.

A equipe percebeu que até mesmo sua presença no assentamento, com o projeto da Petrobras, despertou disputa de interesses no que tange às vagas de emprego criadas na produção de plantas ornamentais. E também na ansiedade que ficava visível entre lideranças (formais e informais), para que fossem entrevistadas. O jogo de poder parece dificultar a sustentação de projetos e ideais coletivos, inclusive pela força que o empreendedorismo individual tem revelado entre aqueles que buscam fomentar suas atividades de comércio. Mas esta leitura do fenômeno não deseja ser pessimista, pois percebe a força solidária que resiste ali, desde o “tempo das barracas”. Força que resiste como “uma chama acesa”, tal como a fogueira que era mantida viva como símbolo da luta por terra e moradia no início da história do Zumbi. Esses mitos de origem, mencionados em seção anterior, fazem crer que a solidariedade quer ter espaço na comunidade. Todavia, a pesquisa indicou que os moradores do Zumbi só confiam mesmo em Deus e em seus familiares mais chegados.

Há uma desconfiança intrínseca referente a quase tudo que não pertence ao campo consanguíneo, embora ali também se revelem laços de vicinalidade, amizade e parentesco por aliança ou afinidade que são capazes de aproximar pessoas, de gerar teias de reciprocidade (CAILLÉ, 2002; MAUSS, 2003). Assim se esboçam elementos de uma proteção social próxima. Tal proteção pode ser definida como força capaz de

germinar a solidariedade sem a qual as experiências de enfrentamento da aridez e da pobreza seriam um deserto bem mais difícil de atravessar (CASTEL, 2003).

A cordialidade e a conflitualidade estão nas entrelinhas de tudo o que ocorre no assentamento. E esse movimento dual sinaliza, também, a presença hoje pouco influente do MST no local. Segundo depoimentos coletados em conversas informais, entrevistas e aplicação de questionários, o MST articula poucas famílias no assentamento que se assumem como adeptas do movimento e praticam reuniões de estudo e formação, sem representarem número volumoso entre os moradores. Fora desse pequeno grupo de líderes, participantes e simpatizantes, escutam-se adjetivos que não qualificam muito bem a imagem do MST no lugar e que responsabilizam articuladores de exercerem pressão cada vez que a comunidade recebe um projeto novo, na tentativa de formatá-lo aos seus moldes ideológicos e controlar a inserção de moradores em função de terem ou não vínculo com o MST.

A equipe não dispôs de tempo para aprofundar isso e nem chegou a ouvir lideranças do MST que não moram no assentamento, mas que fazem trabalho de articulação no mesmo; com exceção de um tecnólogo agrícola com o qual houve contatos casuais, não explorados para fins de pesquisa. Mas ficou nítido que o assentamento não tem mais a mesma disposição que é evocada nas memórias das lutas passadas no que tange ao MST. Entretanto, importa considerar que, apesar de baixa, sua influência marca presença na realidade local.

Em relação a taxas arrecadadas pelo MST, se há quem as critique e questione, há também argumentos em favor das mesmas, manifestos por lideranças que partem do princípio de que a luta pela terra é permanente e é preciso contribuir para que valores e ideias do movimento cheguem a outras comunidades.

No que concerne aos arranjos coletivos duradouros existentes na comunidade, a análise remete à associação religiosa, pois parece ser forte o potencial de organização dos evangélicos que, mesmo sendo numericamente inferiores aos católicos, conseguiram reunir recursos para construir um templo e com frequência realizam atividades para angariar verbas.

Na memória da linha do tempo, os grandes arranjos coletivos relatados são: o “tempo das barracas”, ou seja, a resistência no assentamento; a ocupação da BR 304 – que liga o Ceará ao Rio Grande do Norte – num ano de seca e escassez de alimentos; e o espírito de corpo vivenciado pelos evangélicos.

Nos relatórios parciais que foram elaborados durante o processo de pesquisa, já se destacava a fragilidade ou ambiguidade do tecido social local. Não se sabe bem ao certo quando e como o tecido coletivo começou a se esgarçar ou a dividir-se em experiências associativas menores. É sabido que hoje o que se denominaria capital social entre os moradores é algo tímido, tenso e tocado por desconfianças e disputas. Seria complicado assumir plenamente o termo comunidade para definir um ambiente tão marcado pela divisão política. Mas opto por utilizar o termo, que é corrente no falar “nativo”.

É importante ressaltar que, além de possuírem origens diversas, as 71 famílias assentadas estão divididas em 4 associações de moradores: Associação do Zumbi dos Palmares – ACAZUMP, Associação Comunitária da Esperança da Terra – ACET, ACOFAL e Associação Cooperativista e Pecuária Boa Esperança – ACOPBE.

Cada líder de associação parte em busca de benefícios para a comunidade, mas termina atraindo para si compromissos políticos individuais, que por sua vez atraem ou não seguidores. O grau de desconfiança se eleva. Ao serem indagados/as acerca da pessoa em quem mais confiam na comunidade, a grande maioria disse que confia apenas em Deus e na família. Poucos/as citaram nomes de lideranças. Mesmo entre seguidores/as das associações citadas, há quem aponte desconfianças em relação a seus líderes, quando os acusam de agirem em interesse próprio. Quando se indaga por que projetos anteriores⁴ não deram certo, a resposta é imediata: por “falta de união”.

Não desprezo potencialidades ali existentes nem deixo de enxergar o desejo de fazer as coisas coletivamente. A força se ofusca em divergências pontuais, porém persistentes. Mas se materializa em arranjos coletivos também pontuais ou mesmo cotidianos, como na pelada de futebol, que ocorre todo fim de tarde, ao ar livre, reunindo meninos e rapazes ou em atividades realizadas pelas igrejas.

Durante o tempo em que a equipe de pesquisa atuou na comunidade, houve várias ocasiões em que se materializou a realização coletiva de tarefas ou ações voltadas para o interesse de todos. Nessas ocasiões, saberes diversos se demonstram. É quando, por exemplo, moradores se juntam em mutirão para pintar a escola; quando fazem uma feijoada ou realizam um bingo com a finalidade de arrecadar recursos para a escola; quando fazem seus doces de caju, bolos e outras delícias para a venda no arraial junino; quando simulam o jogo do empreendedorismo em atividades de formação. Esta leitura do fenômeno tem consciência de que a equipe de trabalho estimulou a realização desses

⁴ Projeto da Fundação Kellog, Projeto Quintais Produtivos, Horta Comunitária, Fábrica de Confeções (Projeto São José, Governo Estadual), dentre outros.

momentos. E ouviu relatos de que momentos semelhantes ocorreram no passado, em outras experiências. Assim, há registros vários de situações em que se pôs em cena um arranjo de capital social que, no entanto, se revela frágil, intermitente, e não alcança multiplicação expressiva e duradoura.

A equipe de trabalho atuou na perspectiva de fortalecer o capital social do Zumbi através da pesquisa-ação. Destaco dentre os resultados alcançados, a valorização da história e memória local, através da atividade Linha do Tempo; a realização de uma visita a Icapuí para o conhecimento de outras experiências de organização social e associativismo; oficinas de Empreendedorismo, Educação Ambiental e Gênero, como incentivo à elevação do grau de solidariedade. Num desses temas trabalhados, o do meio ambiente, realizamos oficina educativa em parceria com Lindoval, um líder local ligado ao MST, defensor e praticante de princípios da agroecologia. Foi um momento de reflexões importantes, de aprendizados possíveis e de tensões reveladas. A questão ambiental é, também, um divisor de ânimos na comunidade.

Surgiu na oficina um tipo de situação que Malinowski (1978) denomina de imponderável da vida cotidiana. Por exemplo, um momento em que uma sociedade ou uma comunidade se agita e se alvoroça diante de um tema em que o comportamento de um ou de muitos pode vir a ser julgado. Não havia intenção da equipe de pesquisa em produzir esse efeito, muito menos de estimular julgamentos morais. Mas a ocasião foi propícia para lembrar, a partir das falas, que não adianta discursar em defesa do meio ambiente e despejar lixo próximo à casa do vizinho ou a céu aberto; criticar a caça e ter em casa gente que caça animais silvestres para comercializá-los; ou reclamar do aquecimento do clima e praticar o desmatamento; dentre outras contradições apontadas num momento que, ao final, avaliou-se como portador de uma discussão importante e necessária, sobretudo para a educação das novas gerações.

Nesta perspectiva, é válido registrar saberes que apontam a possibilidade da agroecologia, ainda que seja na prática de poucos. Vejo as dicas de Lindoval, que comigo ministrou a oficina, reproduzirem-se, ainda que timidamente, no assentamento. Ele defende e utiliza pequenas práticas da agroecologia. E até me ensinou algumas, utilizadas em seu quintal, mas que não disponho de espaço para mencioná-las aqui.

Nas casas das famílias do Zumbi, é possível notar que há um gosto pela natureza, pelas árvores frondosas que ali cresceram, protegendo do sol e calor intensos, como os cajueiros e os pés de nim indiano (*Azadirachta indica*), plantados à entrada de praticamente todas as casas. A árvore cresce rápido e divide opiniões. Fala-se de

supostas pesquisas não concluídas e que desconheço, cujos resultados mostram efeitos prejudiciais na reprodução de pássaros nativos onde há cultivo da espécie exótica. Divide opiniões, mas está na entrada de quase todas as casas.

Lembro a maneira como os moradores do Zumbi simbolizam a estética da vida. Conservam plantinhas ornamentais em um ambiente tão quente e com escassez de água. Abundam nas casas os pés de *boa noite* (*Catharanthus roseus*), que enfeitam o lugar, espalham sementes e reproduzem beleza e cor. Para mim, isso reforça a certeza de que na vida, além de necessidades, temos desejos, sonhamos e significamos o belo. Por que seria diferente no Zumbi?

Lá também pulsa a dimensão simbólica que faz com que a vida se mova não somente contra a escassez, mas também instigada por uma razão simbólica (SAHLINS, 2003). A vida se faz para além das necessidades do estômago e do corpo, numa criativa ciência do concreto (LÉVI-STRAUSS, 2008) em que um universo cultural é mais que um conjunto de respostas às necessidades vitais, diferente do que pensou o antropólogo Malinowski (1975), ao reduzir o conceito de cultura à dimensão instrumental.

Recordo uma vez em que fomos ao quintal de Seu Bernardino, durante a fraca safra de caju de 2012. Ele narra suas histórias com orgulho. Deixa transparecer a beleza e complexidade da relação entre natureza e cultura em suas narrativas. Como já citado, a contragosto do filho, seu Bernardino seguiu a plantar árvores frutíferas em seu quintal e hoje colhe cajus, goiabas (da espécie *Psidium guajava*) e seriguelas (*Spondias purpurea*). Ele me disse contente que fez o certo. Após plantar, se não colhesse, seus filhos e netos colheriam.

Esse interlocutor é um sábio ancião, simpatizante da agroecologia. Quando mostrava seu quintal, notei como conserva aos montes as folhas secas de seus cajueiros. Em sua ciência do concreto, informou que se trata de uma técnica para resfriar a terra durante o tempo em que as folhas ficam em decomposição; folhas que podem também ser enterradas constituindo um poderoso adubo.

Foi assim que toda a equipe de pesquisa e eu pudemos conhecer como se desenha o *ethos* socioambiental da comunidade pesquisada. Não se trata de um cenário harmônico. Lá também se reproduz, no plano simbólico e prático, a aridez do clima local. A realização da atividade focada no meio ambiente possibilita concluir que na seara ambiental do Zumbi os problemas do lixo, do desmatamento e da caça predatória são pontos fracos e desencadeadores de conflitos de ideias e ações.

Ficou a lição de que as novas gerações precisam aprender a identificar e evitar situações de agressão ambiental. No dia da oficina, a chegada ao assentamento permitia apreciar a beleza de girassóis plantados no campo explorado pelo projeto da Petrobras, o verde dos cajueiros e outras plantas nativas. É lamentável dizer que, em trecho próximo, quando se toma a estrada carroçável que dá acesso ao Zumbi, via-se um amontoado de lixo composto por resíduos sólidos descartados por pessoas da comunidade. Nesse mesmo dia, encontrava-se em algum quintal, contraditoriamente em casa de quem pratica a defesa do meio ambiente, um tipo de armadilha feita para capturar animais do bioma sertanejo, como o tatu-bola-da-caatinga (*Tolypeutes tricinctus*); armadilha utilizada por algum parente que não adquiriu a consciência ecológica evocada nos tempos atuais e que não se deparou com uma necessária e eficaz fiscalização dos órgãos de defesa do ambiente. Há necessidade de combater a caça que se faz mais por interesse comercial do que por motivos culturais legítimos ou por necessidade de alimento.

Se já é baixa a produção e oferta de alimentos no assentamento, restringindo-se ao plantio de caju e coleta de castanha, acrescido do cultivo de milho (*Zea mays*) e feijão (da família *Fabaceae*) nos anos em que há quadra chuvosa, somado à criação, em baixa quantidade, de animais como vacas (*Bos taurus taurus*), das quais se tem o leite e derivados, galinhas (*Gallus gallus domesticus*) e outras criações domésticas para comércio e consumo, importa advertir quanto ao fato de o desmatamento irregular e a caça predatória constituírem fatores de agravamento na relação com a natureza local como fonte de parte do sustento das famílias, num território empobrecido também por dificuldades vividas no campo do associativismo político. Mas por que seria diferente?

Parece que a idealização de projetos coletivos como soluções para o entrave no desenvolvimento da comunidade estudada desponta menos como propósito “nativo”, do que como modelo propositivo seguido pelo MST, pelo INCRA e, em certo sentido, no âmbito do projeto em que a equipe de pesquisa atuou, haja vista que fazia parte da demanda da Petrobras no referido projeto conhecer e, possivelmente, fortalecer o espírito de solidariedade e organização coletiva das famílias assentadas no Zumbi.

Mas a vida no Zumbi segue. E segue melhorando, em termos socioeconômicos, desde a década de 2000. Aqui entram elementos conjunturais. Quando se olha para a linha do tempo traçada pela comunidade, percebe-se ênfase efusiva ao se destacar a referência ao Governo Lula como marco na mudança das condições de vida no assentamento. De fato, levando-se em conta a ampliação de programas assistenciais de natureza distributiva e inclusiva, é possível dizer que em outra época, a convivência

com a aridez do lugar e a realidade de um ano de seca como o de 2013 talvez não permitissem a permanência de viventes em longo prazo por ali.

Faço aqui uma breve pausa para descrever superficialmente o drama da seca no assentamento. E tento tecer imagens extraídas de meu diário de campo, onde este instrumento informa que o cenário da pesquisa é árido. Apesar do verde que se avista ao longe, sobretudo pelos cajueiros ali existentes, o lugar é seco; chove pouco, como em grande parte do semiárido do nordeste brasileiro. A chegada da equipe ao assentamento em fevereiro de 2013 fazia-se também com a esperança de que viesse chuva, para “fazer água” na lagoa e nos demais reservatórios do território cearense, sofrido com a seca, com o gado e outras criações a morrerem de fome e sede. Certamente, uma linha de desesperança para famílias que também têm em seus bichos uma fonte de sustento.

Recordo de outra ocasião em que vi uma cena dramática: um boi conduzido por moradores do Zumbi em uma caminhoneta numa vã tentativa de salvamento da morte por sede e fome. E ouvimos as famílias a lamentarem pela possível perda de mais uma safra do caju, além do milho e do feijão, pois com a falta de chuva, a peste da mosca-branca (*Bermisia argentifolii*) assola os cajueirais. Sem castanha-de-caju para colher e vender, o dia-a-dia fica mais difícil, consome-se menos, priva-se mais.

Só que esta não é a situação de todas as famílias. Há diferenças visíveis no que tange à condição socioeconômica. Tem as que dependem de poucos benefícios governamentais, contando também com a safra do caju e outras colheitas, quando há. Há famílias que operam em outras atividades: pequenos comércios, conhecidos como bodegas; atravessamento na venda de castanha e caju; venda de frutas oriundas de empresas de fruticultura irrigada; abate e venda de frango; apicultura; empregos fora do assentamento, dentre outras. Há quem tenha carro próprio, há quem tenha dificuldade de transporte. Há quem trabalhe, há quem não tenha atividade produtiva. Há um padrão na arquitetura das casas, que são bem simples e pequenas, mas há casas melhoradas, ampliadas, com mais conforto. Há quem beba água mineral, comprada; há quem beba água sem tratamento nenhum, em absoluta maioria. Há padrões mobiliários diferenciados no interior das casas, dentre outras características comparáveis para se mensurar o diversificado padrão local de vida.

Penso que este fator é importante e reflete na qualidade do associativismo político, despertando força para uma situação em que cada um corre atrás da sobrevivência, tentando melhorar suas condições de vida, enquanto todos, no discurso, apelam por “mais união”. Situação na qual também não se perde de vista a possibilidade

de tecer arranjos coletivos quando surgem projetos sociais direcionados à comunidade. Nesse contexto nem sempre é o espírito de corpo que ganha materialidade substancial. Projetos sociais atraem colaboradores voluntários, mas atraem também interesses e projetos pessoais, como a possibilidade de obter emprego, de ganhar dinheiro.

No caso da experiência que a equipe da pesquisa vivenciou isso ficou muito visível. No início, havia expressiva participação dos moradores, com representatividade do gênero masculino. Depois que a equipe selecionou os produtores que foram empregados na produção experimental de plantas ornamentais da Petrobras, a frequência dos homens nas reuniões caiu, enquanto cresceu a das mulheres, estimulada pelas atividades de formação e fortalecimento solidário, animadas pela equipe.

É possível considerar que apesar do cenário pouco favorável à vida plena, o ambiente do Zumbi vivenciou alguns impactos de mudança. Na última década, isto foi possível graças ao fator macro conjuntural concernente à política de inclusão social e distribuição de renda, com o repasse de recursos assistenciais provenientes do Programa Bolsa Família e pelo reforço do Seguro Safra, que já existia e foi ampliado pelo Governo Lula. Este é celebrado na comunidade como um político muito querido, o que ficou visível durante a realização da atividade de memória coletiva denominada Linha do Tempo, facilitada pela equipe em 2011.

Destaco que a relação de tais programas, dos benefícios de aposentadoria e do acesso ao crédito bancário com a esfera da economia e do consumo foi oportunizada por moradores que obtiveram acesso a transporte particular, como motocicleta, carro pequeno ou caminhão, fazendo surgir atividades de comércio dentro da comunidade, o que configura uma realidade socioeconômica marcada ao mesmo tempo por famílias de pouco poder de consumo, enquanto outras se destacam pela aquisição de bens móveis e melhorias em seus imóveis, possibilitadas pela renda obtida com atividades comerciais.

A equipe registrou outras pequenas mudanças observadas no perfil de economia e consumo dentro da comunidade e que se devem, em parte, à intervenção realizada pela Petrobras com o mencionado projeto experimental de irrigação de plantas ornamentais. O projeto foi antecedido pela instalação de um poço profundo, como contrapartida para explorar parte da terra com o experimento das plantas. O poço deu água, que foi conectada aos canos e chegou às torneiras das casas. As cisternas de placas não recebem mais a água comprada dos carros-pipa. Sobra um dinheiro para comprar mais comida, roupa nova, remédio; há menos desconforto. Vê-se menos a cena de uma carroça, puxada a tração animal, a trazer água de outras localidades para o assentamento.

Com o agravamento da seca, a Defesa Civil municipal também compareceu para levar água às famílias, como resposta ao empenho de Alcione, moradora que tem mostrado ânimo na busca de melhoria para o lugar e fez os contatos com o referido órgão. À época, Alcione era estudante de Pedagogia e, como professora, coordenou o ProJovem⁵ no assentamento, projeto que durou pouco tempo na comunidade, pois, após as eleições municipais de 2012, foi retirado pela Prefeitura de Aracati, a qual justificou como motivo a baixa demanda local pelo mesmo.

Ao olhar para o hoje e para trás, a equipe de pesquisa observa que não houve mudanças expressivas no perfil socioeconômico identificado no início da intervenção na comunidade, em agosto de 2011. Permanecem, sobretudo entre os adultos, baixos índices de escolaridade e renda, precariedade e/ou inexistência de equipamentos de saúde, ausência de saneamento básico e oportunidades de trabalho e possibilidades limitadas de extrair da terra ou da agricultura recursos para a sobrevivência.

Um quadro complexo e paradoxal. Talvez por se tratar de um assentamento situado no processo de Reforma Agrária, cuja jurisdição perpassada pelo INCRA impõe mais um elemento conflitivo em um ambiente social heterogêneo e tenso. Trata-se do ordenamento padrão que preconiza a restrição ao trabalho, proibindo a aquisição de emprego externo e formal; embora se conte com a possibilidade de flexionar essa exigência, descumprindo-a por pura necessidade de buscar lá fora o que assentamento não provê. Este problema, após a escassez de água, representa a principal dificuldade de permanência das famílias no assentamento, identificada pela equipe através da aplicação de questionários e dos depoimentos colhidos.

Insisto, contudo, em dizer que minha leitura da realidade local não deseja ser normativa nem idealista. É importante mencionar que a presença do projeto da Petrobras produziu impactos positivos no horizonte do Zumbi dos Palmares. Cito os trabalhadores da produção de plantas ornamentais, cujo emprego proporcionou alterar positivamente as condições de consumo de suas famílias, ainda que em escala temporária. Na verdade, o poço e o plantio experimental⁶ produziram impacto econômico importante nas vidas das famílias: a economia do dinheiro que antes era empregado na compra de água foi revertida na melhoria da alimentação e no cuidado com a casa. O acesso à renda proveniente do emprego proporcionou a aquisição de bens

⁵ Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), do Governo Federal.

⁶ O experimento foi acompanhado especificamente por técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Ainda não foram apresentadas informações detalhadas sobre os resultados desta parte do projeto à equipe de pesquisa.

não duráveis, a realização de reformas e, para alguns, o investimento em animais ou em atividade produtiva, como a criação de abelhas (*Apis mellifera ligustica*) para a extração de mel. E também investimento em lazer, como realização de viagem.

Destaco, principalmente, o ânimo observado na participação de parte dos moradores em atividades de articulação social que foram facilitadas através do trabalho de monitoramento realizado durante a pesquisa-ação. Mas se trata de um caminho difícil de percorrer, pois envolve tensões do campo da política e dos interesses particulares. A pesquisa sinalizou que o espírito de associação comunitária no assentamento ainda necessita de estímulo e ânimo. Momentos de arranjos coletivos logo se fragilizam diante de conflitos ou disputas que ocorrem no cotidiano, entre os moradores, avolumando o sentimento de desconfiança e a fragilidade dos laços de união e participação coletiva.

A noção de capital social abarca como denominação experiências associativas, espontâneas ou estimuladas, que contribuem para o desenvolvimento de habilidades, oportunizando recursos naturais e sociais, em função da melhoria das condições de vida, com foco no bem-estar coletivo. Em determinadas situações, esse “capital” pode vir a desenvolver soluções pontuais e, às vezes, momentâneas ou provisórias, para problemas que cabem ao poder público solucionar (PUTNAM, 1998).

Esta noção de capital social tem representado, nas últimas décadas, força importante em parcerias entre sociedade civil e governos, quando se trata de processos de reforma do Estado ou de redesenho da presença deste no enfrentamento das questões sociais tidas como mais urgentes (ARAÚJO, 2003). Todavia, segundo Santos (2006), dada sua relação com o campo da filantropia, embora não possa ser reduzida a isso, tal noção depara-se com instigantes provocações de setores que vêm na apropriação da mesma, um eixo ideológico para fortalecimento do campo semântico que abriga a retórica do neoliberalismo nos países ainda não desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Considerações finais

Não parece animador, mas é realista terminar esta escrita descrevendo um momento complicado no que tange à sociabilidade local. Por ser realista, talvez seja pedagógico descrevê-lo para oportunizar reflexões e aprendizados. Certo dia, em contato com a Prefeitura de Aracati, duas moradoras da comunidade conseguiram contratação para desenvolver atividades remuneradas no ambiente da escola. Formou-se um grupo de moradores da comunidade, que se dirigiu à citada prefeitura, com o

propósito de contestar os empregos concedidos, apresentando outros nomes. Os novos nomes indicados apresentavam menos qualificação profissional para as atividades envolvidas na questão. Na interpretação dos fatos, percebe-se que há uma tensão permanente ali, que se faz vigilante sobre oportunidades e divide opiniões, interesses, vínculos e laços de confiança social.

O episódio mostrou que, naquela situação e naquele contexto, parecia mais importante demarcar espaço diante do poder público municipal e da comunidade, do que averiguar as condições de formação e competência de quem ocupa cargos na escola. Eis uma faceta de fragilidade em um tecido social ambíguo, complexo, mas paradoxalmente aberto a consensos e arranjos coletivos pontuais possíveis.

Resta ainda enfatizar as diferenças de origem que marcam o conjunto das famílias assentadas no Zumbi, dado ao qual se adiciona a atual fragmentação no campo político. Na interpretação que aqui me arrisco a fazer, esses fatores contribuem para dar mais expressão às dificuldades de avançar no desenvolvimento local solidário.

Acrescento que as condições postas às famílias assentadas também interferem nos processos que tensionam os arranjos políticos, tal como a proibição, pelo INCRA, de que o assentado possa obter trabalho formal fora do assentamento e o não parcelamento da terra, a partir do qual se busca incentivar a produção agrícola coletiva, condição que, todavia, é representada como uma forma de controle da liberdade familiar e um empecilho a possíveis empreendimentos de natureza doméstica e privada. Como não se caracterizam como adequados à realidade local, marcada pela intermitência na produção agrícola e pela baixa disponibilidade de água, tais princípios contribuem para que se reproduza uma espécie de dependência diante das políticas assistenciais de governo e a vulnerabilidade ao mecanismo das barganhas políticas.

Nesse campo vulnerável, projetos e políticas sociais que são atraídos para a comunidade são abraçados com visível esperança e interesse, mas falta avançar no sentido de construir mecanismos de maior controle democrático, com apropriação coletiva do que for destinado ao desenvolvimento da comunidade, na condição de investimento governamental ou proveniente de instituições de interesse social e sem fins lucrativos. É necessária a construção de uma cultura política focada na ética e no zelo pelos interesses coletivos.

Concluo dizendo que o fim da pesquisa trouxe a saudade da gente acolhedora e lutadora do assentamento Zumbi dos Palmares, gente disposta a crescer em seu processo de amadurecimento político e social, apesar dos percalços observados e relatados. A

equipe da pesquisa viu bons resultados no trabalho de monitoramento, como a possibilidade do surgimento de novas lideranças, entre jovens e adultos que se envolveram com o processo, na busca por melhores condições de vida no lugar.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Maria Celina S. D'. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAILLÉ, Alain. *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. "Sobre o medo". In: CARDOSO, Sérgio *et al. Os Sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Pp. 35-75.
- GEERTZ, Clifford. "A Política do Significado". In: *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. Pp. 206-222.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987. Pp. 227-344.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, C. "A Ciência do Concreto". In: *O Pensamento Selvagem*. 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. Pp. 15-49.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *Uma Teoria Científica da Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MAUSS, Marcel. "Ensaio Sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Pp. 183-314.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003.